

OPINIÃO DE A GAZETA

/// O presidente do Tribunal de Justiça dá uma lição de moralidade pública ao abrir mão do auxílio-moradia

A LIÇÃO DE BIZZOTTO

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Sérgio Bizzotto, dá uma lição de moralidade pública ao abrir mão do auxílio-moradia, benefício duvidoso concedido por medida liminar de um ministro do STF a magistrados e membros do Ministério Público. Na mesma linha, também dão exemplo a ser seguido os 15 desembargadores e integrantes do MP que igualmente se recusaram a receber o auxílio. A medida é tão polêmica que rachou a Procuradoria de Justiça: metade dos procuradores a rejeitam.

A sociedade tem claramente se manifestado contra, em conversas nas ruas ou entrevistas e mensagens enviadas às redações. De fato, para o trabalhador em geral, é difícil assimilar que profissionais da elite estatal, que recebem salários acima de R\$ 20 mil, ainda reivindiquem auxílio-moradia de R\$ 4,3 mil, valor com que muitos chefes de família sustentam todas as suas despesas. Há que se questionar ainda a necessidade do reforço orçamentário se observado que muitos desses profissionais do Direito já

“

EU DIGO QUE...

“O acordo foi de procedimento. Vamos até o final da CPMI ouvir os ‘laranjas’ que operavam o esquema. Não há, em absoluto, acordo para proteger o político A, B ou C, ou o empresário A ou B”

Marco Maia

Relator da CPI mista destinada a investigar irregularidades na Petrobras, comentando o suposto acordo para não convocar políticos para depor no colegiado

Isabella Batalha Muniz Barbosa

É doutora em arquitetura e urbanismo

/// Há 25 anos caía o Muro de Berlim, símbolo maior de uma ideologia totalitária que não respeitava as liberdades democráticas

O muro da polarização

A contemporaneidade nos leva a crer que vivemos uma crise de valores, crise política e social, crise da crítica. A queda do Muro de Berlim completa 25 anos neste mês de novembro e vários eventos estão sendo realizados para mostrar ao mundo que a liberdade democrática é capaz de superar qualquer ideologia totalitária. Em Berlim, mais de 5 mil pessoas escaparam dos limites que os aprisionavam, e centenas foram mortos ao tentarem transpor o muro que impedia o livre-arbítrio.

O socialismo contestava a disparidade de classes na produção capitalista. Vale aqui recorrer às teorias de Estado. O filósofo Lefebvre (1977) refere-se a Bodin (séc. XVI) como um dos primeiros a formular a soberania como atributo do Estado que equaliza os sujeitos e exige, para seu pleno exercício, uma jurisdição e um direito, portanto, uma constituição. Já Hobbes (séc. XVII) atribui o poder soberano à semelhança do Leviatã, monstro sagrado capaz do melhor e do pior, em que o conceito de poder e sociedade são superiores ao indivíduo e à razão individual.

E há ainda teorias, como a de Spinoza, em que a cidade não se separa do Estado (polis, civita, e res publica). Nessa pers-

pectiva, afirma-se que a concepção dialética do espaço urbano estreita-se e renova-se com a intervenção do Estado, no passado e no presente. A queda do muro, a derrota do socialismo nos países do Leste Europeu, o episódio de 11 de setembro em Nova York, denotam a falência de todas as crenças modernas.

As grandes metanarrativas caíram por terra, simbolizando para alguns críticos as vãs esperanças de conquista ilimitada da natureza e de dominação da técnica e do discurso, colocando a modernidade como uma promessa incompleta. Não cabe admitir que persevere o paradoxo da desigualdade ou que uma sociedade seja refém de utopias. Portanto, este é um momento de reflexão e avaliação da ideologização dos saberes no mundo.

No Brasil, a nação discute os resultados das eleições e aguarda os rumos a serem tomados. A tarefa é árdua. Questões relevantes perpassam os debates: as vozes que ecoaram em manifestações no país clamando por soluções para os graves problemas cotidianos nas cidades, como a saúde, a violência e a mobilidade urbana, terão foco na governança? Haverá esforços para uma acomodação dos mercados e recuperação da economia? A inclusão social será viável pela geração de empregos?

A não alternância do poder cria tensões em torno da expectativa do diálogo em todos os setores. Constata-se uma nação polarizada, um muro, mesmo que metafórico, divide a opinião pública e a sociedade.